

# Senado aprova em segundo turno PEC dos Precatórios

Conquista FNP - Com 57 votos favoráveis e nove contrários, os senadores aprovaram em segundo turno, no dia 7 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015 - (PEC dos Precatórios). O texto permite uso de depósitos judiciais para pagamento de dívidas públicas. A mobilização de prefeitos e prefeitas da FNP foi intensa para aprovação da matéria que traz alternativas para o pagamento de Precatórios. [Pág. 9](#)

## Prefeitos aprovam propostas para governo interino



Paulo Negreiros / FNP

O aprimoramento do diálogo federativo é o item transversal do documento elaborado pelos prefeitos e prefeitas no dia 18 de maio, em Brasília/DF. Na mesma data, os governantes locais participaram de reunião com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, que se comprometeu com a pauta e a trabalhar pela instalação da mesa federativa plena. "Precisamos buscar atalhos para tomadas de decisões imediatas", afirmou na ocasião. [Págs. 2, 3, 4 e 5](#)

## Judicialização do IRRF já traz ganhos a municípios

Conquista FNP - Belo Horizonte, Cuiabá e Salvador conseguiram mudar o entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). As Justiças dos Estados deram ganho de causa às três capitais brasileiras, que ingressaram pedindo mudança no entendimento da regra de retenção aplicada atualmente pela Receita Federal. [Pág. 12](#)

## Agentes de saúde poderão combater Aedes aegypti em imóveis fechados

Conquista FNP - O Senado aprovou, no dia 31 de maio, a autorização de entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre Chikungunya e do Zika vírus. A Medida Provisória, que foi enviada ao Congresso Nacional é uma conquista da FNP, já que atende à demanda apresentada pelo prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, no dia 8 de dezembro do ano passado. [Pág. 11](#)

## Banco Mundial apresenta modelos de negócio para financiar Iluminação Pública

As perspectivas e os desafios, além das formas de financiamento da iluminação pública e eficiência energética, nos municípios, foram pauta do encontro promovido pelo Banco Mundial, em São Paulo/SP. O evento reuniu governantes locais e gestores, entidades financeiras, reguladores, fabricantes, empresas de consultoria, associações municipais e sociedade civil. [Pág. 8](#)



# EDITORIAL

## Diálogo para o país avançar

A extensa agenda apresentada pelos prefeitos e prefeitas da FNP, ao governo federal, no dia 18 de maio, explicita a urgência de aprimoramento do diálogo federativo. A pauta, represada há tempos, demonstra que o enfrentamento das questões que mais afetam os municípios, passa obrigatoriamente pela instalação de instâncias de debate e tomada de decisões compartilhadas.

A agenda federativa apresenta um contencioso preocupante. As obrigações de cada ente, não apenas estão além dos orçamentos, como há responsabilidades compartilhadas que foram pactuadas de forma frágil, sobrecarregando especialmente os municípios.

O subfinanciamento da saúde é um exemplo evidente desse alarmante cenário. Buscar alternativas que enfrentem esse desafio, aprimorando os mecanismos de transparência e qualificando os serviços é uma das grandes preocupações de prefeitos e prefeitas.

A unificação dos entendimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como a crescente judicialização da ação pública e a inescapável superação do desafio federativo para pagamento de precatórios são outros itens do documento. Para os municípios outro tema fundamental é a modernização das legislações do ISS (Imposto Sobre Serviços) e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), importantes fontes de receitas.

A FNP propõe ainda a revisão dos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), estabelecidos na década de 1960, fundamentados principalmente na população, e flagrantemente superados pelo desenvolvimento urbano acelerado e desordenado das últimas décadas. Nesse impasse estão as cidades do g100, por exemplo, populosas, com alta vulnerabilidade socioeconômica e pouca receita para atender às demandas da população.

Assim, estes e outros temas, que constam do documento Propostas Urgentes e Estruturantes para a Vida nas Cidades, reforçam cada vez mais a necessidade de aprimorar o diálogo e o pacto federativo. É urgente enfrentar esse contencioso de demandas e promover melhores serviços à população.

\*Íntegra do documento disponível nas páginas 4 e 5

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 12 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 8/06/2016.

## “Esporte Cidadão”, de Embu das Artes, desponta como celeiro de novos atletas

Faltando pouco mais de dois meses para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, a prefeitura de Embu das Artes/SP promove o programa “Esporte Cidadão”. Criado em 2009, o programa é um instrumento educacional de inclusão social que tem o compromisso de trabalhar conceitos de ética, socialização, cidadania, disciplina de transformação através do esporte.

Atualmente existem 24 Núcleos Esportivos, dos quais nove são Centros Esportivos da prefeitura, com aulas em 25 tipos de esportes. Somente nas modalidades olímpicas, 1.745 alunos de 6 a 17 anos são atendidos. Mais de 25 mil jovens já passaram pelo programa.

O programa já rende frutos, como por exemplo, Tiago do Nascimento, da marcha atlética, que começou no programa desenvol-

vido pela prefeitura e hoje está entre os dez melhores do Brasil, na modalidade. O marchador desponta como um grande potencial olímpico e vem se preparando há muito tempo, conquistando resultados importantes.

Saiba mais sobre o programa em [embudasartes.sp.gov.br](http://embudasartes.sp.gov.br) ■



## Uso de bicicletas ajuda população de Passo Fundo a economizar

As bicicletas compartilhadas, disponibilizadas pela prefeitura de Passo Fundo/RS em caráter experimental, estão ajudando as pessoas com menor renda a economizar. Conforme dados da empresa responsável pelo serviço, mais da metade dos usuários ganha até dois salários mínimos. Em oito dias, quase seis mil pessoas se cadastraram para utilizar as bicicletas.

A bicicleta representa um modo de transporte alternativo para curtas e médias distâncias e,

Boas práticas indicadas pelos municípios

aos poucos, com as ações promovidas pela prefeitura a partir do Programa “Passo Fundo Vai de Bici”, está se integrando ao cotidiano da comunidade passo-fundense.

Além de uma opção de mobilidade e de prática saudável, a bicicleta tem garantido a muitos habitantes uma importante economia diária. “Desde o primeiro dia estou utilizando a bicicleta. Ao sair do serviço, no centro, sigo para casa devagarinho até a Vila Luiza. Chego em 15 minutos, economizo tempo e o valor da passagem, que ao final do mês vai

gerar uma economia de mais de R\$ 150,00. Além de chegar mais rápido, faço uma atividade física”, destacou Adair Soares, trabalhador da área de serviços gerais.

A adesão da comunidade ao sistema surpreendeu o secretário municipal de Esportes, Gilberto Bellaver. “A participação das pessoas superou todas as expectativas. A tendência é que, com o aperfeiçoamento do sistema, um número cada vez maior de pessoas possam se integrar ao programa”, afirmou ■

## AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
8 a 10 de junho	IX Congresso Consad de Gestão Pública	Brasília/DF	<a href="http://consad.org.br">consad.org.br</a>
9 de junho	Conclusão da capacitação para gestores públicos e operadores de ONG - projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes”	Rio de Janeiro/RJ	<a href="http://ccsulamerica.com.br">ccsulamerica.com.br</a>
14 e 15 de junho	XI Seminário Nacional Metroferroviário	Rio de Janeiro/RJ	<a href="http://www.antp.org.br">www.antp.org.br</a>
15 de junho	Construction Summit 2016	São Paulo/SP	<a href="http://www.sobratema.org.br">www.sobratema.org.br</a>
22 de junho	Prêmio Prefeito Amigo da Criança	Brasília/DF	<a href="http://www.fundabrinq.org.br">www.fundabrinq.org.br</a>
23 e 24 de junho	2ª Assembleia Geral Ordinária Abrasf 2016	Curitiba /PR	<a href="http://abrasf@abrasf.org.br">abrasf@abrasf.org.br</a>
30 de junho	2ª Reunião da Coordenação Política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável – EMDS	Belo Horizonte/MG	<a href="http://www.fnp.org.br">www.fnp.org.br</a>
01 de julho	1ª Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS	Belo Horizonte/MG	<a href="http://www.fnp.org.br">www.fnp.org.br</a>
6 a 8 de julho	Fórum Global Anual sobre Cidades Resilientes e Adaptação	Bonn (Alemanha)	<a href="http://resilient-cities.iclei.org">resilient-cities.iclei.org</a>
10 a 14 de julho	World Cities Summit	Singapura	<a href="http://www.worldcitiessummit.com.sg">www.worldcitiessummit.com.sg</a>
25 a 27 de julho	III Comitê Preparatório para Habitat III PREPCOM III	Surabaya (Indonésia)	<a href="http://www.habitat3.org">www.habitat3.org</a>
27 e 28 de julho	5º Seminário de Gestão Pública Fazendária – SGESP	Ribeirão Preto/SP	<a href="http://www.srcasp.pmp.com.br">www.srcasp.pmp.com.br</a>
4 e 5 de agosto	64ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana	Guarulhos/SP	<a href="http://www.antp.org.br">www.antp.org.br</a>



# Governo federal se compromete a aprimorar o diálogo



Prefeitos redigiram documento com propostas urgentes e estruturantes

**E**m reunião com integrantes da FNP, o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, se comprometeu em promover o aprimoramento do diálogo federativo e trabalhar pela instalação da mesa federativa plena. “Precisamos buscar atalhos para tomadas de de-

presidente da FNP, a instituição da mesa é urgente e fundamental para discutir temas que afligem os prefeitos brasileiros, como o subfinanciamento da saúde, a revisão do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a judicialização, precatórios e o financiamento de transportes públicos. Esses e ou-

proposta pelos prefeitos

A instituição da mesa federativa plena foi tratada no documento como uma das medidas urgentes para a retomada do desenvolvimento econômico e superação dos desafios sociais. “Nós tivemos a experiência dessa mesa em anos anteriores e foi muito exitosa. Já existe um modelo consolidado que poderia ser aperfeiçoado”, falou a prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP.

Além de pautas urgentes, o documento foi dividido em outros dois itens: medidas estruturantes e estratégicas. Para cada um desses temas, foram elencadas propostas sugeridas pelos prefeitos durante a reunião.

## Desdobramentos

No dia 24 de maio, o prefeito Marcio Lacerda esteve reunido com Carlos Henrique Sobral, chefe de gabinete do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para dar continuidade ao debate iniciado no dia 18. Na ocasião, Lacerda destacou novamente os temas que precisam de atenção. “O que queremos é colaborar na construção de uma agenda coordenada de medidas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades”, defendeu o prefeito.

Seguindo o posicio-

namento do ministro durante a audiência anterior, de comprometimento com a instituição de uma mesa federativa plena, Sobral reafirmou que o interesse da Secretaria é avançar em todos os pontos da carta. Ainda de acordo com o chefe de gabinete, o ministro Geddel deve se reunir com os líderes do Congresso Nacional para tratar sobre as demandas expostas pela FNP.

Participaram da reunião os prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional; de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais; de Pelotas/RS, Eduardo Leite, vice-presidente de Juventude; de Caxias do Sul/RS, Alceu Barbosa, Conselheiro Fiscal; de Ribeirão Preto/SP, Dárcy Vera, vice-presidente de Infraestrutura; de Bauru/SP, Rodrigo Agos-

tinho, Conselheiro Fiscal; de Cariacica/ES, Juninho; de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; de Iguape/SP, Tony Ribeiro; de Macapá/AM, Clécio Luiz; de Quatro Barras/PR, Loreno Tolardo; de Sorocaba/SP, Antônio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana; de Valparaíso de Goiás/GO, Lucimar Nascimento, vice-presidente de Vigilância Sanitária; de Ubatuba/SP, Maurício Moromizato; de Apucarana/PR, Beto Preto; de Manaus/AM, Arthur Virgílio; de Campo Grande/MS, Alcides Bernal; a vice-prefeita de Cáceres/MT, Eliane Liberato Dias e representantes de mais de 10 outras cidades.

Confira a íntegra do documento “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades” nas páginas 4 e 5 ■



Subfinanciamento da saúde é um dos principais pontos da carta

cisões imediatas”, disse Vieira, no dia 18 de maio, após os prefeitos apresentarem mais de 30 tópicos de propostas para o fortalecimento do pacto federativo.

O documento “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades” foi consolidado por representantes de mais de 10 partidos políticos e encaminhado ao presidente da República interino, Michel Temer. A reunião, articulada pela FNP, foi realizada na mesma data, no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília/DF.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda,

tros temas foram elencados durante a reunião da FNP, por mais de 20 prefeitos, como fundamentais para a retomada das ações de políticas públicas em todas as esferas de governo.

Para Lacerda, o momento é oportuno para apresentar a pauta municipalista. “A importância da revisão da relação federativa para o presidente Michel Temer, foi demonstrada durante reuniões em que participei conosco. Acredito que o momento é estratégico para inserirmos os temas prioritários na pauta do governo federal”, destacou. Segundo Geddel, as portas do governo federal estão abertas para o debate da extensa pauta



Ministro Geddel recebeu os prefeitos no Palácio do Planalto



# Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades

O sensível momento social, econômico e político que o Brasil e o mundo atravessam evidenciam a importância das autoridades locais no processo decisório nacional e global.

Tal situação foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que incluiu o tema urbano nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressaltando a importância de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para a qualidade de vida de toda a população. Além disso, a relevância da atuação de líderes locais para temas globais vem crescendo constantemente, como podemos destacar pelo convite feito pelo Papa Francisco a prefeitos e prefeitas de todo o mundo para debater temas urgentes para a vida nas cidades e também pela participação de diversos prefeitos na construção do Acordo de Paris (COP21).

O momento de instabilidade pelo qual o país atravessa precisa ser superado. Nós, prefeitos e prefeitas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), estamos em contato direto com a população, captando suas preocupações e angústias, e com a obrigação de oferecer respostas.

Para a retomada do desenvolvimento econômico e a superação dos desafios sociais que se apresentam, defendemos uma atuação conjunta da União, dos estados e dos municípios em um ambiente de diálogo federativo, que envolva a discussão de uma agenda coordenada de medidas urgentes e estruturantes. Para colaborar com a construção dessa agenda, elencamos algumas propostas subdivididas em três partes:

## I – Propostas Urgentes

A existência de um fluxo permanente de contenciosos entre entes de uma Federação é própria dessa forma de organização de Estado. O modelo federativo brasileiro, singular no mundo, compreende três esferas, que possuem competências exclusivas e concorrentes, gozando de autonomia administrativa, financeira e política, o que reforça a importância do diálogo federativo permanente e institucionalizado.

Como forma de promover e estruturar o ambiente de diálogo federativo, os prefeitos e prefeitas da FNP defendem a instituição de uma mesa federativa plena, que reúna a presidência da República, governadores e prefeitos, representados pelas entidades nacionais que estabeleça um espaço de pactuação de decisões estratégicas relacionadas a temas comuns aos três entes, como o financiamento da saúde pública, a mobilidade urbana e metropolitana entre outros.

É preciso unificar entendimentos para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF estabeleceu, em seu artigo 42, proibição ao titular de Poder de assumir obrigação de despesa

que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato. Embora se trate de dispositivo aparentemente bastante objetivo, encerra enorme variedade de interpretações, o que se verifica pela inexistência de consenso na jurisprudência dos Tribunais de Contas ou das Cortes Judiciais.

Dessa forma, considerando a elevada insegurança jurídica a que os entes subnacionais estão submetidos, em função da flagrante ausência de definição clara e precisa para o conceito de “contrair obrigações de despesas”, propomos a definição objetiva do seu alcance. Entendemos que deva ser considerada contraída a obrigação de despesa após efetivada a prestação do serviço ou a entrega do bem objeto de prévio empenho e contrato, atestado o seu cumprimento formal e respectiva liquidação para fins de pagamento. Assim, pretendemos a aplicação correta da LRF e o fim da insegurança jurídica a qual os municípios estão submetidos.

O subfinanciamento da saúde pública tem comprometido o equilíbrio fiscal nos municípios e a qualidade dos serviços prestados à população. A previsão orçamentária do governo federal para o setor demonstra que não haverá orçamento para o último trimestre de 2016. Essa preocupação é agravada pelo fato dos municípios serem os entes federativos que, proporcionalmente à sua receita, mais investem em saúde. Desde que a EC nº 29/2000 estabeleceu o mínimo constitucional de 15%, a parcela de receitas de impostos aplicada em saúde pelos municípios apresenta uma tendência crescente. De acordo com o anuário Multi Cidades 2016 da FNP, os municípios investiram, em 2014, 53% a mais com saúde do que o exigido pela Constituição Federal, o que representou R\$ 23,3 bilhões, apenas R\$ 1 bilhão a menos que o valor total arrecadado de IPTU nos 5.570 municípios no mesmo ano. Somado a isso há ainda aproximadamente R\$ 3 bilhões previstos em Portarias do MS que não estão sendo repassados aos municípios, sobrecarregando ainda mais os orçamentos municipais.

Defendemos, assim, a criação de novas fontes exclusivas para o financiamento da saúde, que permitam a ampliação e melhoria na prestação de serviços públicos em saúde pelo Estado. **A recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pode ser uma dessas fontes, se destinada exclusivamente para a saúde e, pelo menos, 25% dos recursos compartilhados com os municípios.**

Entendemos que, para tanto, é necessário pactuar critérios de distribuição que respondam diretamente às demandas por serviços de saúde nos municípios, pois consideramos que critérios definidos com base em aspectos predominantemente populacionais, como o FPM, são inadequados para partilhar recursos para o financiamen-

to da saúde pública. Assim sendo, em caso de uma eventual recriação da CPMF, sugerimos o seguinte critério de partilha dos recursos entre os municípios: 50% dos recursos divididos proporcionalmente pela população total dos municípios e 50% dos recursos divididos proporcionalmente à aplicação excedente em saúde por cada município, ou seja, além dos 15% exigidos pela Constituição Federal. Esse critério atende ao pressuposto máximo do SUS de universalização do atendimento, à medida que leva em consideração a distribuição populacional. Combinado, ainda, com o incentivo ao investimento em saúde, reconhecendo os esforços financeiros feitos pelos municípios e refletindo a demanda da população por mais e melhores serviços em saúde pública.

A recorrente **judicialização das políticas públicas**, especialmente na área da saúde, tem impactado fortemente os orçamentos municipais. As decisões de magistrados acerca da execução das políticas, além de impossibilitarem a execução do planejamento orçamentário-financeiro, em diversas vezes não refletem as competências constitucionais dos entes federados, onerando os municípios com despesas que seriam de competência dos estados ou do Governo Federal.

É fundamental que sejam abertos novos cursos de medicina, interiorizando a formação dos profissionais médicos. **Preocupamos a suspensão pelo TCU do edital de abertura de novos cursos em 39 municípios do interior do país desde outubro de 2015.** A falta de médicos compromete a garantia do direito à saúde. De 2002 a 2012, o número de médicos formados no Brasil correspondia a 65% da demanda da sociedade, demonstrando um déficit de 53 mil profissionais, segundo a OMS. Em 2011, dois anos antes do lançamento do programa Mais Médicos, havia 1,8 médico para cada 1.000 habitantes no país e 700 municípios sem um médico sequer. Outros países da América do Sul, como Uruguai e Argentina, possuíam o dobro de profissionais para a mesma população, no período.

Reiteramos a importância de garantir a **aprovação da MP nº 723/2016, que prorroga os contratos com médicos intercambistas**, no âmbito do programa Mais Médicos para o Brasil. A FNP atuou ativamente para que essa MP fosse editada, após dezenas de prefeitos e prefeitas terem externado, durante a plenária deliberativa da 69ª Reunião Geral, preocupação com a atenção básica de saúde com o fim desses contratos. Por isso, é fundamental garantir que essa MP seja aprovada, evitando o retorno à situação de ausência de médicos nas cidades mais pobres e na periferia das grandes cidades e preenchendo os 600 postos com vagas abertas para médicos nas mais diversas e remotas localidades do Brasil. Recomenda-se ainda um con-

tato constante com o governo cubano, pilar estruturante do programa, procurando manter os compromissos de ambas as partes em dia. Faz-se necessário também avaliar a possibilidade de estender o programa Mais Médicos para outras áreas, como a de urgência e emergência, em razão de demandas crescentes nos municípios.

Reconhecendo o papel estratégico da educação pública para o país, defendemos a formação e a valorização dos profissionais de educação como um desafio permanente. Contudo, **os mecanismos de reajuste do piso salarial do magistério** precisam ser readequados, possibilitando um reajuste constante e justo, consoante à Lei nº 11.738/2008, e observando o necessário equilíbrio fiscal e federativo das contas públicas.

O fortalecimento da educação também passa pela reestruturação do pacto federativo, instituindo um **regime de colaboração** preciso entre os entes federados. Nesse aspecto, a instituição do Sistema Nacional de Educação (discutido no PLP 413/2014) e da Instituição do Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é de grande importância. **O Financiamento da Educação** é outro aspecto relevante, sendo fundamentais para garantir seu aprimoramento contínuo a regulamentação dos recursos dos royalties do petróleo e a permanência dos percentuais da vinculação orçamentária para a educação previstos na Constituição Federal. **Destaca-se a necessidade de debater em conjunto com os municípios a prorrogação dos prazos da LDB para cumprimento do Plano Nacional de Educação. Ainda, defendemos a revisão dos programas de financiamento da educação infantil e a atualização dos valores de repasse para merenda e transporte escolares.**

**Os programas sociais “Minha Casa, Minha Vida” e “Bolsa Família”** influenciam diretamente na dinâmica de organização municipal e de sua administração e, por esse motivo, devem ser discutidos sempre em conjunto com os municípios. O município é o responsável pela gestão local do Bolsa Família, e precisa manter uma equipe capacitada para sua execução. Em relação ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, essa dinâmica é influenciada, entre outros motivos, pelos conjuntos habitacionais, em razão dos serviços públicos que devem ter cobertura para atender à população. Dessa forma, entendemos ser indispensável a participação dos municípios nas discussões para a avaliação e formulação de eventuais aperfeiçoamentos nesses programas.

É fundamental garantir a **integridade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, assegurando: a universalidade do sistema, evitando o retorno ao “focalismo”; a oferta de serviços socioassistenciais de proteção social; o reconhecimento da obrigatoriedade dos recursos orçamentários

vinculados ao SUAS; a atualização do fluxo de repasses financeiros; a gestão compartilhada e pactuada do SUAS, incluindo representantes de todas as esferas da federação e da sociedade civil; o cumprimento do Plano Decenal 2016-2026.

A recente **mudança de entendimento do Governo Federal sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) tem gerado frustração de receitas para os entes subnacionais.** Segundo a nova interpretação da Receita Federal, os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados. Essa interpretação prejudica fortemente os municípios, além de violar a Constituição Federal, que concede aos entes o produto do IRRF pago a qualquer título, não se limitando, portanto, ao Imposto de Renda retido de seus empregados.

A **superação do desafio federativo para pagamento de precatórios** é urgente. Tramita no Senado Federal a PEC 159/2015, que apresenta opções para a superação desse impasse, viabilizando pagamentos de precatórios sem que haja comprometimento da prestação de serviços essenciais. Nossa expectativa era de aprovação desta PEC ainda em 2015, para que não houvesse, nesse ano, a volta dos seqüestros de valores das contas municipais, o que agrava a situação atual.

Para fortalecer as finanças municipais é preciso **reverter a legislação do Imposto Sobre Serviços (ISS)**, como forma de aprimorar a prerrogativa constitucional de arrecadação própria dos municípios e combater a guerra fiscal. Uma das principais mudanças necessárias é a atualização da lista de serviços tributáveis, pois a LC 116/2003 não contempla a tributação de novos serviços cada vez mais relevantes economicamente, especialmente na área de tecnologia, como o desenvolvimento de aplicativos. Nesse sentido, tramita no Senado Federal o PLS 386/2012, que, com adequações, pode tornar-se uma boa alternativa para modernizar a legislação vigente.

Propomos a **proibição de instituição de novos encargos sem que seja prevista respectiva fonte de receitas.** Entendemos que essa proibição deva ser aplicada a qualquer novo encargo, seja ele decorrente da definição de pisos salariais e seus critérios de reajustes, redução ou alteração de jornada de trabalho ou instituição de novas atribuições. Por esse motivo, apoiamos que seja restabelecida na PEC 188/2016, na Câmara dos Deputados, a redação original da PEC 172/2012, pela qual não seria imposto ou transferido por lei qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

Com o agravante de estarmos no último ano dos nossos mandatos, solicitamos a urgente **regularização do**



**fluxo de processamento e pagamentos de valores inscritos em Restos a Pagar (RAP) no Orçamento Geral da União.** Dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM) demonstram que os RAP somam R\$ 43 bilhões, sendo que 77% desses Restos a Pagar não processados são obras já iniciadas e contratadas.

É preciso liberar operações de créditos externos para os municípios. A FNP tem mantido constante diálogo para assegurar esses importantes investimentos e garantir um melhor planejamento orçamentário nos municípios. Algumas dessas solicitações têm sido aprovadas, mas a indeterminação sobre as análises e garantias do governo federal tem prejudicado os municípios.

É preciso rever o Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens, publicado em novembro de 2015, com o objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens. Os municípios, que são os titulares dos serviços de limpeza urbana e que sofrem por arcar com as responsabilidades de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens, foram excluídos do acordo. Além disso, foram estabelecidas metas a serem cumpridas pelos municípios não pactuadas previamente. Portanto, a FNP defende a elaboração de um novo acordo setorial com a inafastável participação dos municípios.

**II – Propostas estratégicas para a promoção do diálogo federativo**

Reivindicamos a regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal (CGF), previsto no Art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que consiste em um órgão de acompanhamento e avaliação permanente da política e da operacionalidade da gestão fiscal entre a União, os estados e os municípios e a sociedade. O CGF é uma reivindicação recorrente da FNP e considerada por nós, prefeitas e prefeitos, medida indispensável para o equilíbrio federativo e estímulo à gestão fiscal responsável.

É preciso trabalhar de forma estratégica para o fortalecimento das entidades de representação federativa (associações nacionais e regionais de prefeitos e associações de secretários e dirigentes municipais). O fortalecimento dessas entidades é fundamental para a promoção de uma participação permanente, qualificada e republicana dos entes locais na interlocução com os demais entes federados e com a sociedade civil organizada.

Em regra, essas entidades, quando formalizadas, se organizam na forma de associações civis, enquadrando-se no regime jurídico das ONGs. Veja-se que, neste regime, a soma de várias pessoas jurídicas de direito público dá origem a uma pessoa jurídica de direito privado. Evidente que esta situação cria insegurança jurídica, especialmente questionamentos no que se refere ao recebimento e aplicação das contribuições associativas, apesar

de os associados serem apenas municípios, de a associação não possuir fins lucrativos, e de buscar apenas o interesse público. Portanto, é urgente a instituição de um marco regulatório que ofereça segurança jurídica às entidades de representação federativa.

Outra medida fundamental para o fortalecimento dessas instituições é o reconhecimento das entidades municipalistas nacionais como aptas a propor ações de controle concentrado de constitucionalidade, buscando equilibrar o pacto federativo e reconhecendo a condição de ente federativo dos municípios.

Convidamos o Governo Federal a apoiar o IV Encontro dos Municípios pelo Desenvolvimento Sustentável (EMDS), em abril de 2017. Com a primeira edição realizada em 2012, o EMDS já está consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país e reúne bianualmente governantes e gestores públicos dos três níveis de governo, com o objetivo de criar e debater agendas propositivas de desenvolvimento local sustentável.

**III – Propostas estruturantes**

No tema da mobilidade urbana, o financiamento dos sistemas de transporte público coletivo urbano vem sendo tema de amplo debate na sociedade, tendo o preço da tarifa figurado como estopim para as manifestações de 2013. Tramita atualmente na Câmara dos Deputados a PEC 179/07, sobre a CIDE-Municipal, que se coloca como uma alternativa para equilibrar o preço da tarifa, a qualidade do serviço ofertado e o financiamento do sistema. Assim sendo, é necessário avançar no debate sobre o tema e garantir a aprovação da PEC.

A garantia de um serviço de transporte urbano e metropolitano mais barato e de melhor qualidade requer a combinação de diversas ações. Inspirados em sistemas existentes na França, em especial na cidade de Lyon, defendemos também a revisão da legislação do vale transporte (VT) para estabelecer que todas as empresas e órgãos públicos repassem obrigatória e diretamente para o sistema de transporte coletivo o valor correspondente ao vale transporte de seus empregados. Esse custo seria bancado pelas empresas. Hoje, o VT é opcional e a legislação autoriza o empregador a descontar até 6% do salário básico do empregado para bancar o vale.

O fortalecimento do modelo federativo brasileiro e de seus entes demanda reformas estruturantes, como a reforma fiscal e tributária. É preciso uma ampla revisão tributária que contemple incentivos a atitudes ambientalmente sustentáveis e aponte para a progressividade, desonerando aqueles que pouco ganham e nada, ou quase nada, têm. É importante contemplar uma revisão da tributação sobre o patrimônio, como IPTU, ITBI, IPVA, ITR, heranças e grandes fortunas, possibilitando a ampliação da arrecadação e apon-

tando na direção da justiça fiscal.

A revisão da cobrança do IPTU, uma das principais fontes de arrecadação dos municípios, é fundamental para o orçamento municipal. A aprovação do Projeto de Lei nº 46/2016, atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, é uma ação importante para o fortalecimento do IPTU perante as finanças municipais. O PLS 46/2016 estabelece na LRF a obrigatoriedade da revisão periódica da base de cálculo do IPTU, evitando assim grandes defasagens. Além disso, está em elaboração pelo IPEA um indicador que vai auxiliar os municípios a verificarem a eficiência na cobrança desse imposto, orientando a atuação municipal nessa cobrança.

Em meio à crise econômica enfrentada, o fortalecimento de instrumentos de controle e punição de práticas da sonegação fiscal torna-se primordial para a saúde fiscal dos municípios, principalmente se aliado à reforma supracitada. Dados do Banco Mundial evidenciam que o Brasil é o vice-campeão mundial de sonegação de impostos (cerca de 13,4% do PIB é sonegado). Fortalecer tais instrumentos, buscando controlar e punir essa prática, é imprescindível. Ademais, para fortalecer as ações de fiscalização e combate à sonegação é essencial a atuação integrada das administrações tributárias da União, estados e municípios. Assim, com o objetivo de garantir mais eficiência e justiça à arrecadação de impostos, faz-se importante ressaltar a necessidade do compartilhamento de informações fiscais entre os entes federados, assim como previsto no art. 37 da Constituição Federal.

A Lei 8.666/1993 representou um importante avanço de transparência e lisura nas contratações públicas. Depois de 23 anos, e com as mudanças das ferramentas tecnológicas que o país vivenciou, a Lei carece de atualizações para que continue atendendo e cumprindo seus objetivos de garantir eficiência, impessoalidade, publicidade nas licitações e contratos da Administração Pública. Assim, é inescapável avançar em propostas para a atualização da Lei 8.666/1993.

As transferências constitucionais apresentam-se como um dos pilares do nosso modelo federativo. Dada essa importância, a FNP pleiteia uma revisão dos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Há uma grande defasagem dos atuais conceitos em vigor, fundamentados quase exclusivamente na população dos municípios. Tais critérios foram estabelecidos na década de 1960 e estão flagrantemente superados pelo desenvolvimento urbano acelerado e desordenado das últimas décadas. Aspectos como a alta vulnerabilidade econômica e social, a exemplo das cidades pertencentes ao grupo, que têm muita dificuldade em financiar

os serviços públicos básicos para a sua população, devem ser considerados.

O critério utilizado para liberação de emendas parlamentares necessita ser revisto. O objetivo é desburocratizar as relações entre os entes federados, sem prejudicar o dever inafastável de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. A PEC 61/2015, no Senado Federal, deve garantir a agilidade na transferência de recursos para estados e municípios, prevenindo que as emendas parlamentares possam ser destinadas e repassadas diretamente ao FPM e ao FPE.

Para retomada do crescimento econômico, a reforma da legislação do ICMS é uma medida estruturante. Ao unificar as alíquotas do imposto nos estados, igualando-as a alíquota de exportação (4%), poder-se-ia combater a guerra fiscal. Além disso, é preciso construir uma forma mais justa de partilha do ICMS entre os municípios. Além disso, a FNP apóia a destinação das multas da repatriação de recursos para a constituição de fundo para viabilizar o fim da guerra fiscal entre os estados.

Para o fortalecimento da economia nacional e geração de emprego e renda, é necessária a constante melhoria do ambiente de negócios, com foco no fomento ao empreendedorismo e no incentivo à formalização, crescimento e competitividade dos pequenos negócios locais. Nesse cenário, defendemos a construção de uma proposta comum de aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que institua melhores condições para empreender no país e não impacte negativamente na arrecadação dos municípios.

Ainda, como forma de gerar emprego, melhorar as condições de infraestrutura do país, garantir investimentos e melhorar a prestação de serviços públicos à população, a FNP incentiva a celebração de concessões e parcerias público-privadas (PPPs). As PPPs são essenciais para o desenvolvimento de um programa nacional de cidades inteligentes e humanas, especialmente na área de iluminação pública, com aplicação de tecnologias transformadoras. No entanto, para que isso ocorra, são necessárias alterações na atual legislação das PPPs, permitindo que sejam desenvolvidos projetos de valores mais baixos, mais adequados às realidades municipais.

Sensíveis à importância da cultura para o desenvolvimento do país e coerentes com os encaminhamentos da 69ª Reunião Geral da FNP, realizada em março deste ano, defendemos o fortalecimento da atuação do Estado em sua promoção. Nesse sentido, a consolidação do Sistema Nacional de Cultura é fundamental para o fomento de políticas públicas de forma articulada entre os entes federados. Sendo assim, para que isso seja possível, apontamos algumas

pautas que interferem diretamente nos municípios e que podem ser referência para essa atuação conjunta, como: definição clara das atribuições de cada ente federado; capacitação de servidores para atuação do setor; apoio institucional para implantação de sistemas municipais de cultura e consolidação das políticas de produção regionalizada de conteúdo artístico.

A proteção dos recursos ambientais e a melhoria da qualidade de vida reservam aos municípios uma parcela importante de responsabilidade. Entretanto, apesar dos avanços e do amadurecimento das estruturas de gestão ambiental, permanece o desequilíbrio federativo decorrente da fragilidade da ação municipal na gestão ambiental brasileira. Assim, defendemos:

I) O fortalecimento dos municípios no Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com ênfase no financiamento dos órgãos municipais, considerando que recursos financeiros já previstos na legislação não se efetivam como fonte de recursos para as políticas ambientais municipais;

II) A ampliação do debate entre os entes federados e a internalização das agendas municipais ambientais tanto nos projetos em tramitação Congresso Nacional como na elaboração das normativas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), evitando retrocessos na legislação para os municípios;

III) A realização de investimentos em Planos Municipais de Ação em Mudanças Climáticas em sintonia com o Acordo de Paris (COP21).

Por fim, são necessárias medidas para o fortalecimento dos consórcios públicos. Assim, propomos:

I) A revisão dos critérios previstos do art. 39 do Decreto 6.017/2007 para transferência de recursos da União aos consórcios públicos, adotando regra que condiciona essas transferências à verificação do atendimento das exigências legais unicamente pelo consórcio e não por cada um dos entes consorciados, como ocorre atualmente.

II) A elaboração de estudos e propostas, em conjunto com as entidades municipalistas, para a formulação de norma que autorize e estabeleça procedimento para a contratação de operações de crédito por consórcios públicos.

III) A destinação de mais recursos do orçamento geral da União para os consórcios públicos, face à possibilidade de alcançar maior número de cidadãos e cidadãs, de se obter economia de escala pela destinação de recursos ao ente regional, e de se superar desafios de capacidade de gestão dos municípios consorciados.

Brasília, 18 de maio de 2016.  
Frente Nacional de Prefeitos



## Consórcios públicos se filiam à FNP

Além do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Mulheres das Gerais), mais três consórcios públicos se filiaram à FNP. Agora também integram a entidade o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud), Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica (Cisvi) e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde

do Setentrião Paranaense (Cisamusep).

A filiação de consórcios públicos à entidade tem o objetivo de fortalecer a agenda do consorciamento público no municipalismo brasileiro, aprimorando a governança federativa do país. Com a filiação, os consórcios participam da rede de gestores de consórcios públicos e contam com o suporte técnico e institucional do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) ■

## Presidente da FNP participa da XIX Marcha a Brasília



FNP assinou termo de adesão à Rede Siconv

Os desafios enfrentados pelos governantes locais para o fechamento de contas no fim do mandato voltaram a ser destacados pelo prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda. A questão foi abordada durante a abertura da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, dia 10 de maio, em Brasília/DF. Além de prefeitos, vereadores e secretários municipais, a cerimônia reuniu também parlamentares e representantes do governo federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

“Na média, os municípios gastam 24% da sua receita líquida na saúde, 9% a mais que o mínimo constitucional. E alguns municípios gastam até mais que isso. Na média, considerando dados de 2014, isso significa que os municípios utilizaram todo o IPTU arrecadado na saúde. Querem injustiça maior que essa?”, questionou o presidente da FNP.

Lacerda falou também da recorrente judicialização dos governantes e gestores e da necessidade

de mudança nessa prática. “Temos que discutir mudanças, precisamos de uma Emenda Constitucional que venha a regular e controlar o papel do Ministério Público. O Comitê de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, até hoje não foi implantado, também precisamos que ele exista para podermos discutir medidas que ajudem os municípios”, defendeu o prefeito.

### Melhoria da gestão

Ainda durante a XIX Marcha, o prefeito Marcio Lacerda assinou o Termo de Adesão Simplificado à Rede Siconv. Na ocasião, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) foi representado pela secretária de Gestão da pasta, Patrícia Audi.

Com a adesão, a FNP passa a ter representatividade no grupo que, entre outras atribuições, visa ampliar a eficiência da execução de convênios e contratos de repasse com a União. A utilização do sistema objetiva contribuir ainda para a desburocratização da máquina pública e qualifica a gestão financeira dos investimentos ■

## Adesão ao convênio do ITR no mínimo

Apenas 2.120 municípios estão conveniados com a Receita Federal do Brasil (RFB) para cobrança e fiscalização do Imposto sobre propriedade Territorial Rural (ITR). Este número corresponde a somente 38,06% dos municípios brasileiros. Desde a publicação da Lei nº 11.250/2005, os municípios e o Distrito Federal estão autorizados a celebrar convênio e em contrapartida têm direito a totalidade do produto de sua arrecadação.

A partir do convênio a arrecadação, no mínimo, dobra imediatamente. No segundo momento, com o aprimoramento da fiscalização há evidente e acentuado crescimento na arrecadação do imposto, como demonstram os indicadores da RFB. No primeiro trimestre de 2016, por exemplo, em comparação com o primeiro trimestre de 2015, a arrecadação dos municípios conveniados

cresceu 29,47%. No mesmo período, o aumento de não conveniados foi de apenas 0,43%.

No estado do Mato Grosso do Sul, onde todos os municípios possuem convênio, somados as arrecadações municipais, em 2015, o valor foi de mais de R\$ 112 milhões. Já os estados do Acre e Roraima, que não possuem municípios conveniados, a arrecadação foi de R\$ R\$ 311 mil e R\$ 411 mil, respectivamente. Esses valores correspondem a 50% do valor arrecadado com o imposto, o previsto pela legislação. Com o convênio, esses recursos teriam, no mínimo, o valor dobrado passando para mais de R\$ 622 mil e R\$ 822 mil, respectivamente.

Em Campo Grande/MS, conveniado desde 2009, a arrecadação foi de mais de R\$ 782 mil, no primeiro ano do convênio, passando para R\$

3,9 milhões em 2015, um aumento de 400%. O secretário de Planejamento, Finanças e Controle da prefeitura de Campo Grande, Disney Fernandes, explica que o município, como membro do Conselho Nacional de Política Fazendária/MS, a partir de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MS), obteve um estudo sobre o valor de Pauta da Terra Nua (VTN). Com várias visitas aos municípios foi apresentado um VTN padrão para cada região do Estado de MS. “Essa ferramenta foi muito importante para dotar a máquina administrativa de mecanismo necessário ao seu pleno funcionamento, buscando novas formas de implementar a arrecadação dos tributos de nossa competência, diante da eminente recessão econômica que atingira os município”, destacou o secretário.

## IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

### O QUE É?

Imposto que incide sobre os imóveis localizados fora das áreas urbanas dos municípios e baixo grau de utilização.

### COMO FUNCIONA?

O imposto varia conforme o tamanho da propriedade e seu grau de utilização. Quanto maior a terra, maior o imposto a ser pago. Quanto mais utilizada (com atividades de agricultura ou pecuária), menor o imposto.

### CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL

Para se conveniar, o ente federado deve preencher o Termo de Opção para Celebração de Convênio, disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte – Portal e-Cac.

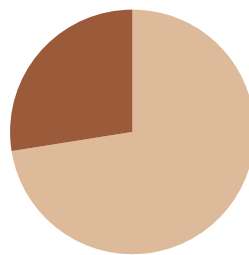
### COMO REALIZAR O CONVÊNIO

Para que o ente federado faça jus ao valor integral do imposto arrecadado é necessário preencher o Termo de Opção para Celebração de Convênio, disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte – Portal e-Cac, exercido exclusivamente por meio eletrônico. Além de estabelecer o convênio com a RFB, o deve atender aos requisitos previstos na Instrução Normativa nº 1640/16, entre eles o de cadastrar servidores habilitados para atuar na função de fiscalização e cobrança do imposto. A habilitação é concedida após capacitação realizada pela própria Receita, com custos financiados pelo município, e pode ser realizada por meio de ensino a distância. As próximas turmas, nessa modalidade, serão abertas no segundo semestre de 2016. Acompanhe o site da ESAF: moodle.eadesaf.serpro.gov.br.

### COMITÊ GESTOR DO ITR

A FNP faz parte do Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) que tem por finalidade dispor sobre matérias relativas à opção, pelos municípios e pelo Distrito Federal, de celebração de convênio com a União, para fins de fiscalização, de lançamento e de cobrança do ITR.

Apenas  
**38,06%**  
dos municípios  
brasileiros estão  
conveniados.



# dobra arrecadação nos municípios

Ainda de acordo com o secretário, o município desenvolveu um trabalho de conscientização junto aos proprietários de áreas rurais, com o apoio de contadores responsáveis pela elaboração e envio da Declaração do ITR para Receita Federal do Brasil. “Foi a forma mais prática e eficaz de se alcançar os nossos propósitos de incrementar a receita, que embora seja repassada toda para o município, a parte que cabe a nós é apenas fiscalizar e cumprir as tarefas fixadas no convênio. Portanto, todo o trabalho foi realizado em parceria direta com os proprietários rurais e seus contadores surtindo os efeitos alcançados na evolução da receita do ITR para Campo Grande”, destacou Fernandes.

Com convênio desde 2009, Mariana/MG faz parte dos 35% dos municípios mineiros conveniados com a

Receita. No primeiro ano do convênio, a arrecadação do ITR foi de R\$ 256 mil. Em 2015, o crescimento foi de 130%, com arrecadação de R\$ 589 mil. De acordo com o prefeito Duarte Júnior, com o imposto é possível investir e promover o desenvolvimento na área rural do município. “Em Mariana o incremento das ações em favor do homem do campo e do desenvolvimento rural só foi possível pelo aumento da receita com o ITR. Atendemos a totalidade da demanda por eletrificação, melhoramos as estradas, investimos na qualidade dos rebanhos e das culturas. Uma política de resultados na produção de alimentos e transparência na aplicação dos recursos. Esse é o segredo do sucesso que estamos colhendo nesta parceria com a Receita Federal e o Contribuinte do ITR”, afirma o prefeito.

O Rio Grande do Sul possui 47%

dos municípios filiados. Em Pelotas, município gaúcho conveniado desde 2009, por exemplo, a arrecadação no ano anterior ao convênio foi de R\$ 109 mil, já em 2015 R\$ 538 mil, um acréscimo de 394%. Já o município de Ji-Paraná, faz parte dos 29% dos municípios rondonienses que arrecadam 100% do valor do ITR.

Conveniado em 2015, Ji-Paraná já apresenta resultados exitosos na arrecadação do imposto. Em 2014, um ano antes do convênio, a arrecadação do município era pouco mais que 36 mil. Já no ano seguinte o crescimento foi de 521%, com a arrecadação chegando a quase 230 mil de ITR. Para o secretário de Fazenda do município, Luiz Fernandes, o crescente aumento na arrecadação é devido à elevação da base de cálculo, por meio da contratação de profissional da área imobiliária para emissão de laudo

técnico com os valores de mercado da Terra Nua, e o devido envio dessas informações à Receita Federal, para constar na base do ITR. “Além disso, realizamos reunião com profissionais de escritórios de contabilidade e despachantes imobiliários com o objetivo de instruir seus clientes que ao fazer a declaração do ITR utilizem os valores da terra informados à RFB, sob pena de incorrer em malha fiscal”, explicou o secretário. De acordo com o prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, “tem que ter coragem para alterar base de cálculo de impostos, fazendo justiça fiscal”, argumentou.

Para o coordenador-geral de Integração e Cooperação Fiscal da Receita Federal do Brasil, Marcelo de Albuquerque Lins, o objetivo da delegação de competência para fiscalização e cobrança do ITR (Decreto nº 6.433/2008) é possibilitar

mais eficiência da administração do tributo. Segundo Lins, a arrecadação do ITR nos municípios conveniados aumentou 29,2% em 2015. Um dos requisitos para celebração do convênio é que o município tenha servidor de carreira para atuar na área de lançamento de créditos tributários, conforme estabelece o artigo 7º, da Instrução Normativa nº 1640/16 da RFB. “Uma das principais novidades da Instrução Normativa, que altera o procedimento de celebração dos convênios e promove revisão dos convênios celebrados até 11 de maio de 2016, é a nomeação de um servidor”, afirmou Lins que também destacou a importância da Instrução Normativa nº 1.562/15, que reformula o sistema de informação sobre o Valor da Terra Nua, “qualificando o seu valor de mercado gerando impacto no ITR”, concluiu ■

	Exemplos de Cidades	valor antes do convênio	valor no ano do convênio	valor no ano 2015*	aumento em porcentagem**
NORTE	Ji-Paraná (RO)	R\$ 36.910	R\$ 229.298	R\$ 229.298	521%
	Abaetetuba (PA)	R\$ 19.357	R\$ 11.143	R\$ 59.367	207%
	Manaus (AM)	R\$ 58.226	R\$ 127.736	R\$ 443.732	662%
	Palmas (TO)	R\$ 32.364	R\$ 36.580	R\$ 96.941	200%
CENTRO-OESTE	Campo Grande (MS)	R\$ 541.040	R\$ 782.269	R\$ 3.902.595	621%
	Cáceres (MT)	R\$ 223.182	R\$ 244.301	R\$ 2.056.039	821%
	Goiânia (GO)	R\$ 68.942	R\$ 88.080	R\$ 305.265	343%
NORDESTE	Teixeira de Freitas (BA)	R\$ 35.420	R\$ 77.694	R\$ 222.855	529%
	João Pessoa (PB)	R\$ 29.055	R\$ 61.901	R\$ 75.658	160%
	Igarassu (PE)	R\$ 62.130	R\$ 81.496	R\$ 546.114	779%
	Itaporanga D'Ajuda (SE)	R\$ 32.860	R\$ 146.357	R\$ 234.043	612%
	Timon (MA)	R\$ 16.636	R\$ 19.295	R\$ 56.843	242%
	Brejinho (RN)	R\$ 617	R\$ 736	R\$ 13.177	2035%
	Garaciaba do Norte (CE)	R\$ 2.534	R\$ 3.847	R\$ 30.199	1092%
	Oeiras (PI)	R\$ 712.924	R\$ 1.043.156	R\$ 1.268.148	78%
SUL	Pelotas (RS)	R\$ 108.964	R\$ 140.393	R\$ 538.083	394%
	Santa Maria (RS)	R\$ 149.905	R\$ 219.315	R\$ 632.289	322%
	Bagé (RS)	R\$ 373.897	R\$ 369.930	R\$ 1.920.678	414%
	Umuarama (PR)	R\$ 187.657	R\$ 277.419	R\$ 977.117	421%
	Aceguá (RS)	R\$ 165.092	R\$ 196.120	R\$ 855.895	418%
SUDESTE	Campinas (SP)	R\$ 608.935	R\$ 922.585	R\$ 1.131.824	86%
	Mariana (MG)	R\$ 307.686	R\$ 255.922	R\$ 589.291	92%
	Uberaba (MG)	R\$ 648.739	R\$ 956.253	R\$ 3.174.443	389%
	Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 103.508	R\$ 262.598	R\$ 341.853	230%
	Petrópolis (RJ)	R\$ 86.086	R\$ 153.692	R\$ 243.00	182%

\* última atualização disponível \*\* comparativo entre o ano anterior ao convênio e o ano de 2015  
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil | Levantamento de dados: Iohan Struck | Design: Mariana Henrique



# Iluminação pública: evento do Banco Mundial promove debates sobre modernização do serviço nos municípios

Divulgação / Híria



Diretor da PBH Ativos apresentou experiência sobre iluminação pública

**P**ainéis, apresentações, compartilhamento de experiências e debates marcaram o fórum Modelos de Negócios para Eficiência Energética em Iluminação Pública, dias 1ª e 2 de junho, em São Paulo/SP. Realizado pelo Banco Mundial, em parceria com a Híria, FNP e outras instituições, o evento reuniu governantes locais e gestores, entidades financeiras, reguladores, fabricantes, empresas de consultoria, associações municipais e sociedade civil.

Oportunidades para o aumento da taxa de investimento em eficiência energética no setor de Iluminação Pública, a melhoria na qualidade e a redução de custos do serviço nos municípios foram algumas das temáticas exploradas nos dois dias de encontro. O secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, que representou o presidente da entidade, prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, destacou a pertinência das discussões promovidas e apresentou uma nova funcionalidade do Compara Brasil, que pode contribuir no processo de constru-

ção de novos modelos de negócios na área de iluminação pública. O portal de livre acesso, com dados sobre as finanças públicas dos três níveis de governo, é uma iniciativa desenvolvida na parceria da FNP com a empresa Aequus Consultoria.

Segundo Gilberto Perre, em resposta às atuais demandas na área de eficiência energética no setor de Iluminação Pública, o portal passa a disponibilizar consulta e comparação da evolução da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP). “O recurso é uma fonte alternativa para o custeio de despesas na área tanto no que diz respeito à manutenção do serviço, quanto com relação a novos modelos de negócios no setor”, explicou.

Ainda na programação, em sessão dedicada ao compartilhamento de experiências com estruturação e gestão de projetos de modernização do parque de iluminação pública, o diretor presidente da PBH Ativos S/A, Ricardo Augusto Simões Campos, falou sobre o case da cidade de Belo Horizonte.

## Relatório

O lançamento do relatório Iluminando Cidades Brasileiras - Modelos de Negócio para Eficiência Energética em Iluminação Pública, do Banco Mundial, também foi destaque no fórum. A publicação visa identificar modelos de negócio e financiamento que possam ser aplicáveis à variedade dos municípios brasileiros, estruturas financeiras inovadoras e recomendações para novas políticas públicas.

No estudo, estão identificados oito modelos de negócio cujo eixo principal é a estruturação de projetos para a aquisição de lâmpadas de LED: Parcerias-Público-Privadas, Consórcios Públicos para PPP's, Financiamento Municipal (lançamento de debêntures), Programas de Eficientização das Concessionárias de Energia Elétrica (PROCEL, etc), Empresas de Serviços de Energia Elétrica (ESCO), Consórcios Públicos como Agentes de Compra de LED em escala, Autofinanciamento (COSIP), e Transferência de Luminárias (doação ou concessão de luminárias de

municípios para os outros). O Banco Mundial avaliou riscos e medidas mitigatórias para cada um dos modelos, indicando-os para os perfis mais adequados de municípios.

Para fazer download da publicação, acesse o portal multimídia do site da FNP multimidia.fnp.org.br/biblioteca/documentos.

## Iluminação pública X sustentabilidade

A perspectiva e os desafios dos municípios na iluminação pública e na eficiência energética também foram abordados no evento. Defendendo a importância da agenda, Perre ressaltou que as questões são fundamentais para que os municípios cumpram o acordo de Paris, firmado durante a COP 21. “Esses temas estão diretamente ligados à sustentabilidade urbana”, declarou.

Na oportunidade, os participantes foram convidados para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), já consolidado como o maior evento de sustentabilidade urbana do país. O encontro será realizado no Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha, em Brasília/DF em abril de 2017.

## Compartilhamento de experiências

Na “Mesa Redonda para Cidades”, moderada pelo secretário-executivo da FNP, gestores municipais debateram os desafios e soluções no processo de estruturação e financiamento de projetos de iluminação pública.

“Os Consórcios Públicos Multifinalitários são um arranjo que

permite aos municípios abordar a iluminação pública em uma estrutura já estabelecida para cooperação, resolvendo problemas de escala do serviço”, declarou Gilberto Perre, na ocasião. O secretário-executivo da FNP destacou também que, assim como o Banco Mundial empreendeu um relatório para sugerir modelos de negócios mais adequados aos diversos perfis de municípios, é oportuno fazer o mesmo esforço para os municípios populosos com baixa receita e alta vulnerabilidade socioeconômica (g100).

Além de participar de discussões, os gestores, que representaram 12 municípios, entre eles seis do g100, assistiram a apresentação da secretária de Planejamento de Caraguatuba/SP e presidente do Conselho Gestor da PPP, Flávia Oliveira Silva, e do diretor de Parcerias Público-Privadas e Concessões da SP Negócios, Fernando Pieroni. Os convidados expuseram a experiência dos municípios em áreas como a atualização da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), PPP's, modernização do parque com instalação de lâmpadas de LED e formação de Consórcios Públicos, entre outros.

Após as discussões e apresentações da mesa redonda, o Banco Mundial divulgou uma ferramenta que está sendo desenvolvida para que os municípios possam fazer projeções e dimensionar projetos de modernização do parque de iluminação pública. A ferramenta ainda está em fase de testes e deve ser disponibilizada em breve para uso dos municípios no Brasil. ■

## FNP participa da 46ª Assembleia Nacional da Assemae

**P**refeitos que integram a FNP participaram da 46ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), que reuniu 1.900 participantes, entre os dias 16 e 19 de maio, em Jaraguá do Sul/SC, sob o tema “Saneamento Básico: um direito de todos”.

A cerimônia de abertura teve a participação do prefeito de Joinville/SC, Udo Döhler, Na ocasião,

o prefeito falou para lideranças nacionais e militantes do setor de saneamento básico de todas as regiões do país, em solenidade realizada no Grande Teatro da Sociedade Cultural Artística (Scar).

A Assembleia debateu o direito de acesso universal aos serviços do setor, incluindo palestras em painéis, apresentações de trabalhos técnicos, exposição de tecnologias, visitas monitoradas e feira

de saneamento básico.

O painel que tratou sobre “Os 10 anos da lei dos consórcios públicos, a Lei Federal nº 11.107/05”, teve a participação como palestrante do prefeito de Embu das Artes/SP e vice-presidente de Consórcios Públicos da FNP, Chico Brito. Na oportunidade, Brito, que também é diretor do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), falou sobre

os dados da pesquisa Munic IBGE 2015, divulgada em abril deste ano.

Segundo Brito, observou-se um aumento no percentual de municípios brasileiros que possuem consórcio público com pelo menos um dos parceiros, passando de 59,2% (3.295) em 2011 para 66,3% (3.691), em 2015. “De acordo com o banco de dados do Observatório existem hoje cerca de

700 consórcios públicos formalizados e ativos no Brasil”, disse.

A assembleia contou, ainda, com apresentações de trabalhos técnicos, exposição de tecnologias, feira de saneamento e uma série de palestras com técnicos do setor, unindo esforços para o debate e a construção de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. ■





# Senado aprova em segundo turno PEC dos Precatórios



Prefeitos estiveram com senador Antonio Anastasia no dia 1º de março

Com 57 votos favoráveis e 9 contrários, os senadores aprovaram em segundo turno, no dia 7 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015 - (PEC dos Precatórios). O texto indica a permissão de uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas. Os precatórios são dívidas que o governo tem com o cidadão, ou empresa, que ganhou um processo judicial transitado em julgado. Como foi aprovada com emendas, a PEC retorna para novo exame da Câmara dos Deputados.

Há muito tempo, a FNP vem trabalhando pela aprovação de novas medidas para o pagamento dos precatórios. O entendimento sempre foi para o pagamento dessas dívidas, mas de modo equilibrado, respeitando os credores e devedores. A atuação das prefeituras e prefeitos ao longo dos anos foi fundamental para a pactuação dessa PEC aprovada no Senado.

A PEC estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão

ser pagos até 2020 dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Pela proposta, podem ser usados, no pagamento de precatórios, até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais estados ou municípios sejam parte. Conforme levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os três entes públicos acumulavam em junho de 2014 uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios emitidos pelas Justiças estadual, federal e trabalhista.

O relator da matéria, senador Antonio Anastasia (MG), acatou emenda do senador Randolfe Rodrigues (AP) que reduz de 40% para 20% o percentual permitido do uso de depósitos judiciais envolvendo partes privadas — das quais o poder público não faz parte. A utilização dos créditos deverá ser precedida da criação de um fundo garantidor, com-

posto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

## Pagamentos

Durante o prazo previsto na PEC, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios servirão para o pagamento dessas dívidas em ordem cronológica de apresentação. A exceção a essa ordem é a preferência para os precatórios relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência.

Os outros 50% dos recursos, durante os cinco anos do regime especial de pagamento, poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores, com redução máxima de 40% do valor a receber, desde que não haja recurso pendente.

## Atuação da FNP

A FNP participou de diversas reuniões com o governo federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Recentemente, em mais uma rodada de reuniões, prefeitos de São Bernardo do Campo/SP,

Luiz Marinho, secretário-geral da FNP e do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas, e de representantes de São Paulo/SP e Santo André/SP, Vicente Trevas e Antônio Carlos Granado, deram o tom da preocupação dos municípios e da FNP com a pauta.

“É uma grande atitude de o governo permitir que a gente consiga ter um indexador que torne a dívida mais justa, porque hoje é como se estivéssemos enxugando gelo. É um pleito justo que vai beneficiar 180 municípios”, disse a prefeita Maria Antonieta na ocasião.

Além do Executivo, deputados e senadores também foram visitados por assessores políticos da FNP em busca de apoio na aprovação imediata do texto. Os senadores Antonio Anastasia/MG; Antonio Carlos Valadares/SE; Benedito Lira/AL; Eduardo Amorim/SE; Paulo Rocha/PA; José Medeiros/MT; José Pimentel/CE; Cássio Cunha Lima/PB e Hélio José/DF receberam os representantes da entidade. ■



## Curso de Legislação Eleitoral para as Eleições Municipais de 2016

com 4 horas de duração

### 1 Legislação Básica

- 1.1 Constituição Federal Hipóteses de elegibilidade, ineligibilidade e reeleição
- 1.2 Lei 9.504/97 Lei da eleição
- 1.3 Lei 9.096/95 Lei dos Partidos Políticos
- 1.4 Lei Complementar 64/90 Acrescida da Lei 135/10 – Lei da Ficha Limpa
- 1.5 Lei 13.165/2015 Reforma Política

### 2 Legislação Específica

- 2.1 Resolução 23.450/15 Calendário Eleitoral
- 2.2 Resolução 23.453/15 Pesquisa Eleitoral
- 2.3 Resolução 23.455/15 Escolha e Registro de Candidatos
- 2.4 Resolução 23.457/15 Propaganda Eleitoral
- 2.5 Resolução 23.462/15 Representações, Reclamações e Pedidos de Resposta
- 2.6 Resolução 23.463/15 Arrecadação e Gastos de Recursos
- 2.7 Resolução 23.459/15 Limites de gastos
- 2.8 Crimes Eleitorais

### Palestrante

Dra Ivete Ribeiro

Advogada palestrante e especialista em Direito Eleitoral tendo advogado e participado de campanhas políticas para diversos parlamentares nos níveis municipal, estadual e federal

#### Mais informações

[iveteribeiroadvogados.adv.br](http://iveteribeiroadvogados.adv.br)

T 11 99986 7858

[ivetteribeiro@gmail.com](mailto:ivetteribeiro@gmail.com)

[facebook.com/iveteribeiroadvogados/](https://facebook.com/iveteribeiroadvogados/)

## Ministro da Cultura ouve reivindicações de secretários municipais

Pedro Vieira / FNP



Ministro falou da elaboração de um Estatuto das Artes e da Cultura

“O momento do país é delicado, mas todos nós devemos trabalhar pela Cultura porque esse é o nosso desafio”. Assim abriu a reunião o ministro da Cultura, Marcelo Calero, com os representantes do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas, no dia 2 de junho, na sede da FNP,

em Brasília/DF.

Os secretários apresentaram ao ministro um documento com reivindicações para a Cultura do país. Pontos como a manutenção do Fundo Nacional da Cultura (FNC), Sistema Nacional de Cultura (SNC), Plano Nacional de Cultura (PNC), Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e

Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); manutenção da estrutura funcional do ministério e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também foram lembrados durante a presença de Marcelo Calero na reunião.

Calero destacou, neste primeiro momento de sua gestão, a reorganização interna do ministério. Além disso, ressaltou o interesse em retomar as obras paralisadas - das 450, 75 obras estão paradas em todo o Brasil - e mais investimentos e atenção às periferias.

O ministro falou da elaboração de um Estatuto das Artes e da Cultura, o qual reunirá pontos da legislação Trabalhista, Tributária e da legislação Pública sobre uso de recursos para o campo da Cultura ■

## FNP e Sebrae promovem reuniões de Fóruns Estaduais de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento

Voltaram a se reunir para dar continuidade às estratégias de atuação os Fóruns Estaduais de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico. Os encontros, promovidos pela FNP e Sebrae, foram realizados em Pernambuco, Espírito Santo e Sergipe, no mês de maio e início de junho.

Além do planejamento das ações, os grupos discutiram temas em busca de se fortalecerem como instância de promoção de soluções para o desenvolvimento das cidades.

### Pernambuco

Na plenária do Recife/PE, dia 18 de maio, os gestores debateram

a gestão do desenvolvimento local, por meio da implantação de políticas de apoio aos pequenos negócios, e a metodologia para compartilhamento de boas práticas.

“Nós acreditamos que esse fórum pode se tornar uma instância muito importante de decisão sobre desenvolvimento econômico. Mais fortalecido e melhor organizado, ele poderá estar com o governo estadual para discutir pautas de desenvolvimento tanto na esfera estadual quanto na municipal”, explicou o gerente da Unidade de Políticas Públicas Sebrae/PE, Fernando Clímaco.

### Espírito Santo

O Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo se reuniu nos dias 1º e 2 de junho, em Vitória/ES. Mais de 30 gestores, representando 16 municípios do estado, participaram do encontro.

Na ocasião, o supe-

rintendente do Sebrae/ES, José Eugênio, destacou que é necessário planejar. “Precisamos realizar uma ruptura de cultura para pensar os projetos de desenvolvimento a médio e longo prazo”, declarou. Segundo o secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo, José Eduardo, “a transição de gestão nos municípios sempre é um momento delicado, mas a cultura do desenvolvimento pode contribuir para a continuidade das políticas”.

### Sergipe

Em Aracaju/SE, dia 7 de junho, o encontro do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Sergipe reuniu mais de 20 pessoas, entre gestores das cidades e técnicos do Sebrae/SE. Ao todo, foram 13 municípios do estado representados.

O gerente da Unidade de Desenvolvimento Territorial do Sebrae/SE, destacou na reunião que “é necessário que os secretários municipais tenham uma visão territorial e regional do desenvolvimento” ■

Divulgação / FNP



Reuniões debatem políticas de desenvolvimento

## FNP participa de debate sobre ampliação em atendimentos de Atenção Básica

A tentativa aos temas do subfinanciamento da saúde e ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a FNP acompanhou, no dia 24 de maio, um debate sobre duas portarias do ministério da Saúde que ampliam as possibilidades de composição das Equipes de Atenção Básica de Saúde. A entidade esteve representada pelo secretário de Saúde de Belo Horizonte/MG, Fabiano Geraldo Pimenta Júnior.

Durante o debate, que contou com a participação de representantes do ministério da Saúde, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), FNP, Confederação Nacional de Municípios (CNM), deputados integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família e representantes dos Agen-

tes Comunitários, ficou pactuado a elaboração de uma circular, pelo ministério, para que a regulamentação das portarias não ocorra antes que o grupo encontre um caminho comum.

Segundo a diretora do Departamento de Atenção Básica (DAB) do ministério da Saúde, Anne Antunes, atualmente o perfil demográfico da população compreende mais idosos e isso implica na mudança na estratégia da Saúde da Família. A diretora explica que, com as portarias 958 e 959/2016, os gestores municipais teriam a possibilidade de escolher o que melhor se ajuste à realidade de seus municípios. Já o secretário de Saúde de Belo Horizonte destacou a importância do debate. “A possibilidade de aprofundar a discussão é produtiva e proveitosa”, disse Fabiano ■

## Secretários e representantes de 14 capitais brasileiras participaram do 67º Fonac



Tiago Bongiovani / Fonac

Temas como contingenciamento de gastos diante da queda de receita, adequações e análises na arrecadação; auditoria em folha de pagamento por meio de sistemas e ferramentas de apoio foram os temas que nortearam o 67º Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração (Fonac). O evento, realizado nos dias 2 e 3 de junho, no Rio de Janeiro/RJ, reuniu secretários municipais e representantes de 14 capitais brasileiras.

No primeiro dia de evento, aconteceu a palestra “Legado Olímpico Tecnológico”, ministrada pelo presidente da Empresa

Municipal de Informática da Cidade do Rio de Janeiro (IPlanRio) e pelo Secretário de Administração da Cidade do Rio de Janeiro e anfitrião do encontro, Marcelo Queiroz. Os gestores abordaram as vertentes da ferramenta Carioca Digital, que se trata de uma série de dispositivos sistematizados, que otimiza a utilização de serviços públicos para o cidadão.

No segundo dia de atividades, a programação abrangeu visitas técnicas ao Museu do Amanhã, palestra sobre a maior PPP do Brasil e visita ao Museu de Arte do Rio e à Fábrica de Escolas ■



## Congresso do Conasems debate financiamento da saúde



Prefeito Roberto Cláudio representou a FNP no evento

A crescente demanda de recursos para a saúde nos municípios foi pauta de destaque no dia 1º de junho, em Fortaleza/CE, na abertura do XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. A cerimônia contou com a participação do ministro da Saúde, Ricardo Barros, da vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, do presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira, e do prefeito anfitrião Roberto Cláudio, entre outras

autoridades.

De acordo com o presidente do Conasems, Mauro Junqueira, um dos grandes desafios que envolvem a gestão da saúde nos municípios é a escassez de recursos, acentuada no atual momento de crise. “Precisamos de novas fontes de financiamento na saúde, para que os municípios tenham mais autonomia. O SUS precisa ser financiado adequadamente”, registrou Junqueira.

Como fonte para o financia-

mento do setor, o prefeito Roberto Cláudio citou como alternativa a reinstauração da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “A compreensão da FNP é que caso essa proposta prospere, ela garanta recursos novos para a saúde e também garanta uma partilha mais democrática entre União, estados e municípios”, defendeu. “Certamente temos que avançar muito na redução de desperdícios, na melhoria da nossa gestão para melhorar a qualidade dos nossos gastos, mas há uma inequívoca realidade: não se dará o compromisso constitucional com a universalidade e integralidade da assistência de saúde de qualidade se não houver mais dinheiro para a saúde”, declarou o prefeito.

Outra preocupação demonstrada pelo representante da FNP durante a abertura do Congresso do Conasems foi com relação à continuidade do Programa Mais Médicos ■

## Senado aprova entrada de agentes de saúde em imóveis fechados

CONQUISTA da FNP

O Senado aprovou, no dia 31 de maio, na forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV), a Medida Provisória (MP) 712/16, que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus. A MP, que foi enviada ao Congresso Nacional em 1º de fevereiro, é uma conquista da FNP, já que atende à demanda apresentada pelo prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, durante reunião com a presidente Dilma Rousseff, dia 8 de dezembro do ano passado. O PLV segue agora para sanção presidencial.

“Essa é uma questão jurídica complicada, que requer uma pacificação a nível nacional”, defendeu Lacerda na ocasião, se referindo à necessidade de regulamentar as normas de acesso a imóveis pri-

vados.

Para ampliar a ação, o relator da MP na Câmara, deputado Newton Cardoso Jr, incluiu os casos em que a entrada é recusada pelo morador ou responsável de permitir acesso do agente público ao imóvel. Ainda conforme a MP, os agentes podem contar, sempre que necessário, com o apoio de policiais ou da guarda municipal, sempre preservando a integridade do imóvel.

### Pronaedes

O parecer do relator, deputado Newton Cardoso Jr (MG), prevê também a criação do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo Aedes (Pronaedes) para financiar projetos com recursos de doações dedutíveis do imposto de renda. A proposta também isenta do pagamento de imposto quem importar repelentes, inseticidas e larvicidas, e telas mosquiteiro ■

## Palmas representa FNP em evento da ONU sobre Mudanças Climáticas

O prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha participou, nos dias 5 e 6 de maio, em Washington (EUA) da conferência *Climate Action 2016*. Amastha destacou a realização do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), evento bianual e de coordenação da FNP, como um dos pilares para discussões e ações brasileiras em torno do tema.

“O caminho que estamos seguindo para reunir centenas de municípios em torno deste debate está na realização do EMDS. Para ter uma noção do seu impacto, a última reunião, realizada em 2015, teve a participação de 9.458 pessoas”, frisou o prefeito.

A próxima edição do EMDS será a primeira após a assinatura do Acordo de Paris. Assim, o prefeito fez um convite aos participantes da conferência *Climate Action 2016* para que contribuam com os debates do próximo EMDS. “Estamos fazendo o nosso melhor para tornar o EMDS em um evento histórico no próximo



Stephânia Aleixo / FNP

ano, portanto, eu também gostaria de convidar todos os líderes locais e as empresas aqui presentes, Organizações Não-Governamentais (ONG's), para se juntarem a nós no Brasil, em abril de 2017, para discutirmos como as cidades possam ser mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis”.

A *Climate Action 2016* é uma cúpula multilateral que pretende ajudar a definir a trajetória para a implementação do clima no período pré-2020, em apoio ao Acordo de Paris ■

## Campinas e Curitiba participam de evento sobre segurança pública, em Dubai



Paulo Oliveira / FNP

O prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, esteve em Dubai (Emirados Árabes Unidos), nos dias 17 e 18 de maio, a convite da empresa de informação e comunicação chinesa, Huawei, participando do *Safe City Summit 2016*. Já a cidade de Curitiba/PR contou com a participação dos secretários de Planejamento e Administração, Fábio Doria Scatolin, e de Informação e Tecnologia, Paulo Roberto Miranda.

O evento reuniu líderes governamentais, empresários e formadores de opinião para discutir o uso de novas

tecnologias da informação para oferecer mais segurança às cidades.

No dia 17, a Huawei apresentou soluções para segurança pública e boas práticas de várias cidades do mundo. Entre os temas abordados esteve a prevenção de crimes, resposta da população às ameaças de segurança, e maneiras de melhorar respostas de emergência e segurança pública das cidades.

Passagens aéreas e hospedagens foram custeadas pela organização do evento ■





# Justiças dos Estados dão ganho de causa a Belo Horizonte, Cuiabá e Salvador para retenção do Imposto de Renda

**A** orientação da FNP para que as cidades judicializem a mudança nas regras para retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) já está obtendo êxito nas justiças dos Estados. As prefeituras de Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT e de Salvador/BA conseguiram reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do IRRF em rendimentos pagos pelos municípios.

## Belo Horizonte

Na decisão favorável à capital mineira, a juíza federal substituta Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira afirma: “Considerando que o dispositivo legal é de aplicabilidade imediata e eficácia plena, e que uma Instrução Normativa da Receita Federal não tem o condão

de revogar artigo constitucional, defiro o pedido liminar.”

## Cuiabá

De acordo com o parecer do juiz Cesar Augusto Bearsi, a arrecadação do IRRF será realizada nos exatos termos do art. 158, I, que concede aos entes subnacionais o produto do IRRF retido a qualquer título. Não se limitando, portanto, ao Imposto de Renda retido de seus funcionários. A justiça do estado deu ganho de caso no dia 12 maio.

## Salvador

De acordo explicação em liminar assinada, no dia 13 de maio, pela Desembargadora Federal, Ângela Catão, o entendimento da Receita Federal não está de acordo com a Constituição Federal. Assim, a de-

sembargadora deferiu, em segunda instância, a “suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à obrigação de recolhimento pelo município de Salvador, suas autarquias e fundações, à União Federal, do imposto retido na fonte sobre rendimentos pagos e creditados”.

## Histórico

A FNP, em conjunto com a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, manteve exaustivas negociações com o governo federal. O tema foi tratado no dia 4 de março, com a presidente da República Dilma Rousseff, em reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF); e no dia 24 de março, com o então secretário-executivo

do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, durante a 69ª Reunião Geral da FNP no Rio de Janeiro/RJ.

Após a Reunião Geral, a FNP articulou novas reuniões com o ministério da Fazenda, mas todas sem sucesso na negociação. Foi então que, no dia 4 de maio, a entidade encaminhou uma mensagem a todos os prefeitos brasileiros indicando a judicialização do tema, pois o governo federal passou a adotar entendimento de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados”.

## Modelos de documentos

Para auxiliar na judicialização, no site da FNP estão disponibilizados documentos para embasar.

## Perdas

De acordo com levantamento preliminar feito pela Abrasf, São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do imposto, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente, neste ano.

Lista, divulgada pela Abrasf, com Imposto de Renda Retido na Fonte de algumas capitais (valores em R\$ milhões):

- São Paulo/SP – R\$ 274
- Curitiba/PR – R\$ 33
- Belo Horizonte/MG – R\$ 31
- Rio de Janeiro/RJ – R\$ 20,7
- Fortaleza/CE – R\$ 20,4
- Recife/PE – R\$ 8,6
- Goiânia/GO – R\$ 8
- Porto Alegre/RS – R\$ 7
- Vitória/ES – R\$ 5,2 ■

# Projeto capacita rede de atendimento para os jogos Olímpicos

**A**s capacitações sobre a temática da proteção de crianças e adolescentes durante as Olimpíadas 2016 para a rede de atendimento local no período dos jogos ocorreram de 23 de maio a 7 de junho. O curso é uma das etapas do eixo de capacitação de gestores e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) referente ao projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, com realização da FNP e cofinanciamento da União Europeia (UE).

O objetivo do curso é sensibilizar gestores e profissionais estratégicos de secretarias e órgãos municipais, estaduais e sociedade civil organizada do SGD, que desenvolvem ações relacionadas com a proteção da infância e adolescência durante as Olimpíadas 2016.

A capacitação foi promovida pelo Comitê de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos Megaeventos e pela FNP, em parceria com o município do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a organização Viva Rio e o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), com a participação do Fundo das Nações Unidas para

a Infância (Unicef).

De acordo com a secretária adjunta de Apoio à Infância e Adolescência de São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, “os materiais gráficos possibilitaram uma linguagem acessível e direta, o que é relevante à proteção dos direitos e ao conhecimento dos fluxos a serem adotados em megaeventos”.

A iniciativa “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente” é uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo de 2014 que, à época, tinha como meta o combate a exploração sexual infantil. Dessa vez, as ações serão direcionadas principalmente na prevenção de cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: exploração sexual infantil; trabalho infantil; o uso de álcool e outras drogas; crianças em situação de rua; e crianças perdidas e desaparecidas.

O projeto é da FNP, com cofinanciamento da União Europeia (UE) e parceria da organização Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) França, dos municípios de Porto Alegre/RS e do Rio de Janeiro/

RS, além do apoio da Unicef, da Childhood Brasil, da Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), da ECPAT Brasil, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Cedeca-RJ, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e da Rede Mercocidades.

O projeto se divide em quatro eixos: a capacitação da rede local de atendimento durante os jogos; a capacitação de jovens voluntários para sensibilização direta em locais de grande circulação do público; o desenvolvimento de uma campanha de comunicação de grande porte; e o fortalecimento e a ampliação da atuação da rede de secretários e gestores municipais envolvidos com a proteção da infância e adolescência. Nesta fase, a meta é garantir que o resultado desse trabalho se transforme em benefícios para a sociedade, por meio de programas municipais e ações específicas realizadas localmente. A rede é formada por representantes das cidades de Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR e Manaus/AM, São Luís/MA e Cariacica/ES ■

# IV EMDS: Coordenação Política e Comissão Organizadora se reúnem em Belo Horizonte



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
Estádio Mané Garrincha | Brasília | 24 a 28 de Abril de 2017

**P**refeitos que compõem a coordenação política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) estarão reunidos para discutir estrutura, estratégias de mobilização e validação do conteúdo do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. O encontro será dia 30 de junho, na prefeitura de Belo Horizonte/MG.

No dia seguinte, 1º julho será realizada a primeira reunião da comissão organizadora do IV EMDS. Na oportunidade, os participantes irão formar as subcomissões temáticas que envolvem o evento, como patrocínios, feira, conteúdo programático, atividades, comunicação e mobilização.

O IV EMDS é organizado pela FNP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A coordenação política do evento é composta pelos prefeitos de Apa-

recida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, 2º vice-presidente da FNP; de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; Três Rios/RJ, Vinicius Farrah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico e Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas. Essa comitiva de prefeitos é responsável pela tomada de decisões estratégicas do evento.

Já com local confirmado, o IV EMDS será realizado no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, na última semana de abril. O estádio foi escolhido pela capacidade de abrigar, com conforto e segurança, milhares de pessoas simultaneamente, em diferentes atividades e por ser sustentável, do telhado autolimpante a utilização de 100% de energia limpa renovável ■



# Sebrae premia prefeitos empreendedores

Paulo Negreiros / FNP



Dos 1.695 inscritos 12 prefeitos foram vencedores

Projetos de incentivo ao empreendedorismo e aos pequenos negócios nos municípios brasileiros foram reconhecidos no dia 10 de maio, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), durante a IX edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. A cerimônia aconteceu em Brasília/DF, na sede da instituição, e premiou 12 prefeitos, em oito categorias, uma delas, dedicada ao g100 (grupo, identificado pela FNP, atualmente reúne 114 municípios com mais de 80 mil habitantes e que apresentam baixa receita e alta vulnerabilidade social).

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o prêmio coloca em evidência que as soluções para os problemas do país estão nas cidades. “Com essas pequenas iniciativas transformadoras e inovadoras é possível construir um país melhor”, disse.

De acordo com dados apresentados pelo presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a IX edição do prêmio contabilizou a parti-

cipação de 24 estados, 1861 projetos inscritos, 1312 projetos aprovados, 1695 prefeitos inscritos, 140 prefeitos finalistas, 126 prefeituras presentes e 12 vencedores nacionais. “A parceria com as prefeituras é fundamental para que o Sebrae tenha sucesso nessa missão. É um estímulo para as prefeituras usarem o empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento local e do país”.



A cerimônia de premiação contou, ainda, com a participação do governador de Rondônia, Confúcio Moura, e dos deputados Jorginho Mello, presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, e Helder Salomão, ex-diretor da FNP e também premiado como prefeito empreendedor em edições anteriores.

### Municípios filiados à FNP

Os Melhores Projetos foram premiados por região, contabilizando duas vitórias para dois municípios filiados à entidade: os prefeitos empreendedores da região Norte e Nordeste foram, respectivamente, Maria Teresa Surita, prefeita de Boa Vista /RR, com o projeto “Eu amo Boa Vista - Cidade Empreendedora”; e Roberto Cláudio, prefeito de Fortaleza/CE, com o projeto “Programa de Empreendedorismo Sustentável”. Na categoria destinada exclusivamente para os municípios que fazem parte do g100, prefeito empreendedor é Alexandre Von, de Santarém/PA, com o projeto “O Grupo de Gestão Integrada (GGI) transformando a realidade empreendedora em Santarém rumo à saída do g100”.

### EMDS

Atendendo a um pleito da FNP, a inclusão da categoria Municípios Integrantes do g100 no prêmio foi anunciada em abril de 2015, durante o lançamento da IX edição, no

III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Segundo o prefeito de Carapicuíba/SP, Sérgio Ribeiro, vice-presidente para assuntos do g100,

essa categoria é um reconhecimento pela importância do tratamento diferenciado ao g100. “Não são poucos os desafios e dificuldades que nós, prefeitos de 114 cidades do g100, enfrentamos. Não podemos abrir mão de coragem e ousadia para buscar novas saídas”, disse.

Ribeiro destacou a importância de os municípios do g100 estarem sempre em contato com cidadãos, empresários e universidades para encontrar alternativas para proporcionar mais e melhores serviços à população. “Parabéns a todos os prefeitos do g100, em especial ao prefeito Alexandre, que muito bem nos representa e com méritos conquistou o prêmio por seu projeto de gestão integrado com o desenvolvimento de sua cidade e de sua microrregião”, completou.

Confira nas próximas páginas os projetos vencedores ■



Categoria do g100 teve primeira entrega nesta edição do prêmio

## Convênio FNP e Sebrae

Desde 2009, a FNP e o Sebrae desenvolvem importantes ações em conjunto, parceria que contribui para a criação de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento local sustentável, com foco no fomento dos pequenos negócios locais, implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e aprimoramento da gestão pública municipal.



Centro-Oeste

## Projeto transforma Nova Andradina em polo tecnológico



Geração de emprego e renda é foco do projeto

O município de Nova Andradina/MS está se caracterizando por ser um polo de inovação, pioneirismo em ações voltadas ao desenvolvimento local e regional, a partir da ciência e tecnologia. Um exemplo disso foi a criação, em 2003, do “Programa de Desenvolvimento e Apoio à Industrialização do Município de Nova Andradina” (Prodinan), que tem a função de estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisas, processos inovadores por meio do estímulo à criação e à ampliação e à instalação de empresas sustentáveis.

Os objetivos da fundação são a geração de emprego, renda e trabalho no município e na região, assim como a diminuição da exclusão

social, destacou o prefeito Roberto Hashioka Soler. “Nova Andradina sempre foi caracterizada pela ousadia e inovação. Por isso, estamos sempre à frente e olhando para o futuro”, afirmou.

Entre as ações mais recentes, está a criação da Finova, cujo prédio abriga uma incubadora de empresas. Além disso, também foram criados o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Nova Andradina (FMDNA) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Base Tecnológica e de Inovação (Probatec).

A iniciativa agrega as três instituições públicas de Ensino Superior existentes no município: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Após a abertura do distrito industrial, as empresas começaram a se instalar, chegando em 2015 à marca de 29 Microempresas, dez Pequenas Empresas e dez Médias Empresas ■



Roberto Soler

Divulgação / PBV

Norte

## Projeto de Boa Vista revitaliza espaços públicos e capacita empreendedores



90% dos serviços são oferecidos pela internet

A prefeitura de Boa Vista/RR desenvolveu o projeto “Eu amo Boa Vista”, que está mudando a cara das praças e espaços públicos da cidade. A iniciativa promove a sensibilização e capacitação de servidores e empreendedores locais para a promoção de um ambiente favorável ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda.

Com o projeto, 90% dos serviços passaram a ser oferecidos pela internet, facilitando o acesso e agilizando os processos. Por exemplo, a emissão do alvará para o Microempreendedor Individual (MEI) passou a ser feita entre 24 e 72 horas. Além disso,

a desburocratização na emissão desses e de outros documentos permitiu estabelecer o prazo de sete dias para a formalização de uma empresa. O resultado dessa ação foi a ampliação no número de negócios formais, de 112 em 2012 para 3.500, em 2015.

De acordo com a prefeita de Boa Vista, Maria Teresa Surita, antes de o projeto ser colocado em prática, não havia, por parte da prefeitura, uma preocupação em promover uma conscientização sobre a qualidade dos serviços prestados e dos produtos vendidos pelos comerciantes locais, nem sobre o atendimento oferecido por eles à comunidade.

“Ter uma visão focada na qualidade da gestão faz toda a diferença e, por esse motivo, estamos conseguindo melhorar o nosso atendimento aos pequenos negócios, ampliando especialmente a quantidade de Microempreendedores Individuais em busca dos serviços da secretaria”, destacou a prefeita ■



Teresa Surita

Divulgação

Nordeste

## Empreendedorismo Sustentável gera emprego e renda em Fortaleza

Uma série de ações integradas promovidas pela prefeitura de Fortaleza/CE vem estimulando o desenvolvimento e facilitando a vida dos empreendedores de Pequenos Negócios. O “Programa de Empreendedorismo Sustentável” tem o objetivo de efetivar a inclusão econômica com sustentabilidade e responsabilidade social.

“A ideia é aproximar o poder público do empreendedor e potencializar um conjunto de iniciativas de fortalecimento dos setores produtivos formal e informal”, destacou o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Bezerra.

De acordo com o projeto, as atividades complementam-se, permitindo a formalização, a capacitação gerencial, o acesso ao crédito, a consultoria aos Micronegócios e o escoamento de seus produtos e outros serviços dos empreendedores.

“O formalizado tem acesso às compras governamentais, com preferência no fornecimento de produtos ou serviços”, destaca



Roberto Cláudio



Projeto incentiva o fortalecimento dos setores produtivos

o prefeito, apontando as facilidades criadas para os empreendedores conseguirem obter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que é feita de forma simples, gratuita e desburocratizada.

Segundo a prefeitura, após a implantação do projeto, a partir de 2012, a política de empreendedorismo, somada às estratégias de desenvolvimento econômico, gerou um aumento em registros de empresas entre 2013 e 2014. Somente nesse período foram criados aproximadamente 47 mil postos de trabalho, que contribuem para amenizar o fato de que 20% da população do município vive em bairros com grandes índices de pobreza ■

Divulgação / PMF

Sudeste

## Brejetuba aposta em cafeicultura sustentável

Atendendo aos critérios de abrangência, impacto e inovação exigidos pelo Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (PSPE), o prefeito de Brejetuba/ES, João do Carmo Dias, foi o vencedor nacional na categoria “melhor projeto da região Sudeste”, com o projeto “Cafeicultura Sustentável de Brejetuba”. A iniciativa foi construída com a colaboração de associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores familiares e empresas.

Para o prefeito João do Carmo, a administração municipal buscou promover ações estratégicas para atingir melhores patamares de sustentabilidade para cafeicultura do município. “Temos como foco o incentivo e o fomento da produção de cafés de qualidade, mas também o incremento na renda dos produtores rurais, por meio da produção com excelência, do bem estar social e da proteção ambiental”, explica.

O projeto foi responsável por consolidar o crescimento verificado nos últimos 14 anos na produção de cafés especiais. Nesse período, o salto foi de três mil para



Prefeitura apoia os produtores

150 mil sacas, com a inserção de 600 cafeicultores no segmento, implantação de 14 núcleos de produção, aumento da produtividade de 17 para 27 sacas por hectare e elevação de 30 para 180 no número de propriedades com certificação ambiental. Para alcançar esses resultados, o município implantou o Centro de Classificação e Degustação de Café, o Centro de Apoio ao Produtor e as Unidades de Produção de Cafés Especiais, além de oferecer cursos, realizar visitas técnicas e promover ações de marketing para divulgação dos produtos.

“O acompanhamento é feito desde o plantio até a produção final. Para mim, esta parceria entre o produtor e o poder público é nota dez”, contou o produtor rural Alcione Virgínio, se referindo à evolução do projeto ■

Divulgação / PMB

Divulgação



João do Carmo Dias



Sul

## Turismo e empreendedorismo geram oportunidades em Gramado

Divulgação / PMG



Projeto concedeu isenções de taxas municipais

O prefeito de Gramado/RS, Nestor Tissot, ganhou, pela segunda vez consecutiva, o Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (PSPE). O troféu na categoria “Melhor Projeto da Região Sul” foi conquistado com a iniciativa “A Pequena Empresa & O Melhor Destino Turístico do Brasil – Uma parceria de Sucesso!”, que promoveu a regularização das agroindústrias e a criação de novos negócios na zona rural do município.

“Aproveitamos também a vocação turística nata para gerar emprego, renda e sustentabilidade ao setor primário. O interior pedia uma oportunidade!”, destaca o prefeito Nestor Tissot. Segundo ele, antes da implementação do projeto, as famílias de agricultores produziam produtos caseiros

informalmente, sem orientações ou cuidados quanto à qualidade, não agregando qualquer valor econômico aos produtos. Ainda de acordo com o prefeito, por meio do projeto a administração municipal conseguiu gerar desenvolvimento no interior do município, diminuir o êxodo rural e aproveitar a vocação turística para fomentar ainda mais a economia local.

Das 91 atividades existentes no interior, conforme mapeamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), apenas 28 atividades eram regulares. Atualmente, o agroturismo e o agronegócio já são uma realidade em Gramado, com prospecção de formalização de mais de 90% dos pequenos negócios existentes no interior, o que representa um potencial de aumento de 278% das atuais atividades regulares.

Para o sucesso do projeto, foram concedidas isenções de taxas municipais, desonerando os pequenos negócios, e houve também melhoria da infraestrutura de 17 estradas vicinais ■



Nestor Tissot

Desburocratização e Formalização

## Projeto de Laranjeiras do Sul é referência nacional em desburocratização

A prefeita de Laranjeiras do Sul/PR, Sirlene Svartz, foi a ganhadora nacional na categoria “Desburocratização e Formalização”, com o projeto “Laranjeiras do Sul – Terra de Oportunidades”, referência nacional em regularização desburocratizada de empresas e boas práticas de gestão pública.

A prefeita ressaltou a importância de promover ações que atendam a íntegra da implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. “Temos uma política pública clara de apoio ao setor dos pequenos negócios, que não atua só na desburocratização, mas também na implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em sua íntegra. Hoje podemos afirmar que atendemos, de forma unificada e desburocratizada, nosso empreendedor.”

Dados da prefeitura apontam resultados positivos quando comparados os anos de 2013 a 2015. O número de empresas no município cresceu, passando de 1.636 para 2.997 no final de 2015. Já as inscrições dos Microempreende-

Divulgação



Sirlene Svartz



Prefeitura ampliou espaços de atendimentos

dores Individuais (MEI) aumentou 286%, de 305 para 1.180 formalizados.

Além de ampliar os espaços de atendimento, a prefeitura também fortaleceu a atuação do Comitê Gestor Municipal da Lei Geral, responsável também pela fiscalização e deliberação sobre ações de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios e por assegurar a participação ativa da sociedade nas decisões do poder público.

“Temos um alto grau de resolutividade nas situações mais complexas ou mais específicas. Com a adoção do agendamento prévio, evitamos filas e diminuimos muito o tempo de espera do público”, destacou a prefeita ■

Divulgação / PMT



Iniciativa tem editais exclusivos para compras de Pequenos

A categoria “Compras Governamentais de Pequenos Negócios” teve como vencedor nacional o prefeito de Timbó (SC), Laércio Schuster Júnior, com o projeto que incentiva a ampliação das compras municipais de pequenos negócios. “Timbó Empreendedor – Uso do Poder de Compras Governamentais como Vetor de Desenvolvimento Local” foi o vencedor da categoria.

De acordo com o prefeito, Júnior, “ao priorizar os pequenos negócios, nossa administração estimula e incentiva a participação desses empreendimentos nos processos licitatórios e compras públicas. Com isso, o dinheiro permanece circulando na economia do município, fomenta o desenvolvimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios e gera mais renda e qua-

Implementação e Institucionalização da Lei Geral

## Desenvolvimento local e geração de renda em foco no município de Nova Ipixuna

O projeto “Alavanca do Desenvolvimento”, implementado em Nova Ipixuna/PA, rendeu ao prefeito do município, Sebastião Damascena Santos, o título de vencedor nacional do 9º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor na categoria “implementação e institucionalização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa”. A iniciativa tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico por meio da Lei Geral Municipal, dando oportunidade de renda e mercado para os empreendedores locais.

Após o desenvolvimento do projeto, a economia local aumentou 64,56%, considerando o PIB por habitante, que saltou de R\$ 4.243,50, em 2011, para R\$ 6.982,98, em 2013. “Em 2010, Nova Ipixuna apresentava indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional e um histórico



Sebastião Damascena

de alta dependência da indústria extrativista de madeira”, explicou o prefeito, que decidiu usar o poder de compra da prefeitura para criar espaço nas aquisições públicas para os em-

preendedores locais em diversos setores.

“Considerando que a prefeitura é a maior compradora de Nova Ipixuna, buscamos atrair fornecedores locais para reter os recursos no município e, com isso, impulsionar a economia local”, explica.

Seguindo o programa, o município de Nova Ipixuna firmou parceria com o Sebrae para capacitar Agentes de Desenvolvimento (AD). Entre outras atividades, eles ajudam na formalização dos MEI, orientando beneficiários do Bolsa Família a encontrar alternativa de renda, além de consultas prévias e orientação e auxílio na parte administrativa, jurídica, contábil e financeira ■



Município capacitou ADs

preendedores locais em diversos setores. “Considerando que a prefeitura é a maior compradora de Nova Ipixuna, buscamos atrair fornecedores locais para reter os recursos no município e, com isso, impulsionar a economia local”, explica.

Seguindo o programa, o município de Nova Ipixuna firmou parceria com o Sebrae para capacitar Agentes de Desenvolvimento (AD). Entre outras atividades, eles ajudam na formalização dos MEI, orientando beneficiários do Bolsa Família a encontrar alternativa de renda, além de consultas prévias e orientação e auxílio na parte administrativa, jurídica, contábil e financeira ■

Divulgação

Divulgação / PMNI



Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária

## Boas práticas higiênico-sanitárias destacam Sítio Novo



Anvisa é parceira do projeto

Ao priorizar a prática de informações na política de vigilância sanitária, o prefeito de Sítio Novo/RN, Richardson Xavier Cunha, foi premiado como prefeito empreendedor na nova categoria do prêmio “Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária”, com o projeto “Empreendendo com Vigilância”. Essa nova categoria é fruto de parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Segundo o prefeito, houve uma grande aceitação aos conhecimentos transmitidos sobre boas práticas higiênico-sanitárias. “Antes os serviços da Vigilância Sanitária privilegiavam vigiar e punir o empreendedor e, hoje, foram substituídos pela prática de orientação”, compara o prefeito.

A partir do projeto implementado, a Vigilância Sanitária passou a avisar com antecedência à população e aos empresários as datas das inspeções. Nessas visitas, a secretaria de Saúde do município, distribui kits com avental, toca, dois pares de luvas e um panfleto educativo.

Com o projeto, o município contabiliza a formalização de 77,08% dos negócios no segmento de alimentos, serviços de saúde e produtos; cadastramento e fiscalização orientadora em 100% dos estabelecimentos comerciais, totalizando 90 atendidos; realização de inspeções e monitoramento em 70 dos 90 estabelecimentos comerciais cadastrados; inspeção sanitária em 100% da produção dos agricultores familiares, para compras institucionais, sendo quatro famílias de agricultores atendidos; redução de 70% do número de produtos encontrados nas prateleiras com prazo de validade vencidos. Dos 90 negócios cadastrados, 35 necessitavam de melhorias físicas. Desses, 17 realizaram melhorias ■ Richardson Cunha



Richardson Cunha

Inovação e Sustentabilidade

## Sistema de monitoramento e novas vocações econômicas deram prêmio a Madre de Deus

Com o objetivo de buscar a simplificação da gestão por meio de tecnologia, ciência e inovação, o prefeito de Madre de Deus/BA, Jeferson Andrade Batista, foi o vencedor nacional na categoria “inovação e sustentabilidade” da IX edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, com o programa “Madre Total”. De acordo com a prefeitura de Madre de Deus, o projeto se constitui em um programa que passa por todas as áreas da administração e tem o objetivo de modernizar todos os setores administrativos da prefeitura.

Segundo o prefeito, idealizador do programa, o “Madre Total” busca melhorar os serviços públicos em várias frentes, como segurança pública, educação, saúde e infraestrutura urbana, bem como construir alicerces para o desenvolvimento econômico e social, por meio do fortalecimento ao empreendedorismo e à capacitação profissional.

Para isso, a prefeitura construiu ações na área de segurança e de modernização da gestão pública com instalação de uma ampla rede de fibra



Jeferson Batista



Projeto apostou na diversificação da economia

ótica; instalação de um sistema de monitoramento composto por 79 câmeras Full HD.

Além disso, a prefeitura trabalha para diversificar a economia e promover geração de empregos, incentivando a implantação de uma empresa de grande porte, no ramo da indústria de telesserviços, proporcionando uma nova vocação econômica na cidade. Junto com os 1,6 mil empregos diretos gerados, houve aumento de R\$ 20 milhões na circulação de moedas no comércio local.

“Considerando os serviços públicos, o clientelismo foi excluído dando passagem ao modelo de governança orientado a resultados, simplificando processos e agregando monitoramento por painéis de controle”, completou o prefeito ■

Pequenos Negócios no Campo

## Nova Venécia tem destaque em ações de incentivo à agricultura familiar



Construção do Hortomercado foi um dos avanços

Com o projeto “Nova Venécia Campo Vivo”, o prefeito de Nova Venécia/ES, Mário Sérgio Lubiana, foi o vencedor nacional da categoria “Pequenos Negócios no Campo”. Com ações de incentivo e fomento da agricultura familiar, o projeto promoveu a criação de espaços de comercialização, ações de capacitação dos empreendedores e melhoria das estradas da zona rural.

De acordo com o prefeito, o projeto atraiu o olhar da população. “A comunidade teve um olhar diferenciado pelo nosso projeto, tanto no espaço geográfico e paisagístico quanto na intervenção dos produtos orgânicos, por meio da agroecologia”.

Além de disponibilizar espaço para realização de feiras e fomentar o comércio dos produtos da agricultura familiar, a comunidade tem acesso a produtos provenientes da agricultura, pecuária, avicultura, piscicultura. Outra iniciativa de valorização dos produtos da agricultura familiar é em relação a compra de itens para a merenda escolar, Nova Venécia compra 15% a mais do que o exigido por lei.

Entre as metas alcançadas pelo projeto: Construção do Hortomercado; aprovação da lei do Serviço de Inspeção Municipal (SIM); Instituição da Lei Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual; Construção e recuperação de 25 km de estradas vicinais; 100% das estradas principais e vicinais patruladas; construção de 300 caixas-secas, reforma de 40 pontes, construção de 60 represas; aquisição de máquinas, veículos e equipamentos ■



Mário Sérgio Lubiana

Municípios integrantes do g100

## Santarém foi primeiro vencedor da nova categoria do prêmio

O investimento nas vocações econômicas de Santarém/PA levou Alexandre Von a conquistar o título de prefeito empreendedor de municípios integrantes do g100. Essa categoria foi incluída a partir desta edição do prêmio, atendendo a uma reivindicação da FNP, que identificou o grupo de 114 municípios com mais de 80 mil habitantes e que apresentam baixa receita e alta vulnerabilidade social.

Segundo o prefeito, para que os municípios saiam do g100 é preciso levar em consideração as vocações econômicas, as particularidades e características geoeconômicas de cada município. “Cada um tem que construir coletivamente esse instrumento de desenvolvimento. É o que estamos fazendo em Santarém”, disse.

Segundo esta linha, o projeto “O Grupo de Gestão Integrada (GGI) transformando a realidade empreendedora em Santarém rumo à saída do g100”



GGI reúne 80 representantes de seis cadeias produtivas trata-se de fórum instituído em 2013 com parceiros privados, municipais, do estado e do governo federal para trabalhar o desenvolvimento em Santarém e nos municípios vizinhos de Belterra e Mojuí dos Campos.

Com foco em alavancar o trabalho de fornecedores locais para atender demandas do município, atualmente, o GGI reúne 80 representantes de seis cadeias produtivas urbanas – comércio e serviços, turismo, setor imobiliário, panificação, indústria cerâmica, indústria têxtil e confecções – e três rurais: agropecuária, hortifrutigranjeiro/mandioca e piscicultura/avicultura ■



Alexandre Von